



Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 2015

Ilmo. Sr. Presidente da Andifes
Reitor Targino de Araújo Filho

Em recente comunicado por e-mail, a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do MPOG informou a todos os participantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP) sobre o plano “Plano de Disseminação do Uso IPv6” que prevê a implantação do protocolo IPv6 em todos os órgãos da Administração Pública Federal (APF) e solicita o preenchimento de questionário de acompanhamento das ações tomadas por cada órgão do SISP em relação ao referido plano.

Fazem parte do SISP, como órgão central, a Secretaria de Logística da Informação (SLTI) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG); como órgãos setoriais, as unidades de administração dos recursos de tecnologia da informação dos Ministérios e dos órgãos da Presidência da República; e como órgãos seccionais, as unidades de administração dos recursos de tecnologia da informação (TI) das fundações e autarquias, das quais fazem parte as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), representadas na Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - Andifes.

Com a atual situação de esgotamento dos endereços do protocolo IPv4, a adoção do IPv6 se faz necessária para resolver definitivamente o problema de escassez de endereços IP da Internet. Contudo, sua implantação numa determinada rede não traz vantagens financeiras imediatas. Pelo contrário: exige a capacitação dos profissionais e muitas vezes investimentos em equipamentos. Embora todos muitos participantes da rede mundial de computadores tenham adiado a sua implantação para

o momento em que isso fosse absolutamente necessário, esse momento chegou, ou seja, o IPv4 está finalmente se esgotando.

No plano apresentado, são considerados os "parceiros estratégicos" desta ação: SERPRO, TELEBRAS e DATAPREV, porém não há NENHUMA menção à Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), principal provedora do acesso à Internet para as IFEs. Há ainda a previsão de um prazo para a ativação completa do IPV6 até setembro de 2018, mas com "100% dos sítios de governo com IPv6 habilitado" até março de 2016.

Foram previstas turmas para treinamento de pessoal técnico durante todo o ano de 2014, mas apenas em Brasília e, novamente, sem nenhuma previsão para os técnicos e analistas das universidades e institutos federais de ensino.

Entendemos a importância desta ação, porém vimos pedir a intervenção urgente da Andifes junto ao MEC e MPOG para que as universidades federais tenham condições de atender aos prazos impostos pelo plano de ação apresentado pela SLTI.

Sem o adequado investimento em equipamentos e treinamento de pessoal, ficaremos mais uma vez para trás e sujeitos a penalidades por parte dos órgãos de fiscalização, além do evidente prejuízo pela impossibilidade de adoção do novo protocolo IPv6.

Certos da sua compreensão para a urgência do assunto e no aguardo das providências, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,



Gabriel P. Silva

Coordenador Geral

Colégio de Gestores de TIC da Andifes